

**MEMÓRIA DA 12ª REUNIÃO – ORDINÁRIA**

**Data e horário:** 13 de agosto de 2014 a partir das 9h49min.

**Local:** Auditório da Biblioteca Municipal Aurélio Buarque de Holanda, rua Cel. Avelino Cunha, S/N, Centro, Porto de Pedras/AL.

**Pauta:** Informes, relatório de gestão da APACC, questões e discussões diversas apresentadas pelos conselheiros (descritos no corpo da memória).

**Conselheiros titulares/suplentes e convidados presentes:** ver lista em anexo.

**Relator:** José Ulisses dos Santos (conselheiro suplente, CMA).

**Anexos:** relatório de atividades da APACC (janeiro a julho de 2015), apresentação sobre Gestão compartilhada em áreas de sobreposição de UC's, apresentação da CT Provisória de Revisão do Regimento Interno, listas de presença de conselheiros e convidados, resultados da avaliação da reunião.

**1. Abertura:**

a. O Presidente do CONAPAC, Paulo Roberto Corrêa de Sousa Júnior (APACC), dá as boas-vindas aos conselheiros e visitantes. A Coordenadora Geral da Secretaria Executiva do CONAPAC, Carolina Neves (YANDÊ), apresenta a Memória da 11ª Reunião, solicita algumas informações ao Conselheiro suplente Fabiano Ribeiro (CEPENE) e, em seguida, a memória é aprovada por todos.

b. O Relator da Secretaria Executiva do CONAPAC, José Ulisses Santos (CMA), apresenta a proposta de pauta, conforme solicitações encaminhadas pelos conselheiros pela lista virtual do CONAPAC. Algumas sugestões foram listadas como informes e Carolina solicita que aqueles que apresentaram as demais sugestões, justifiquem a pertinência do assunto para que a plenária defina as prioridades, ficando organizando e discutido conforme descrição a seguir:

**2. Informes:**

a. Bruno Stefanis Oliveira (BIOTA) informou sua participação e do pescador Waldemar (filiação à Colônia Z-25 de Porto de Pedras, presente à reunião do CONAPAC) participaram, em Ilhéus/BA, da reunião para elaboração do Plano de Ação Nacional (PAN) de Conservação dos Manguezais, representando o Estado de Alagoas, em que ficou definido que, exclusivamente, a área prioritária em Alagoas para as ações do PAN Manguezais é a APA Costa dos Corais. Informou também que foi eleita uma comissão de acompanhamento do PAN, onde o próprio ficou como representante da sociedade civil organizada e o Waldemar como suplente, do Estado de Alagoas.



b. Fabiano Pimentel (CEPENE) informou sobre a reunião para elaboração do PAN Ambientes Coralíneos, que aconteceu na semana anterior à esta reunião. Fabiano esclarece que um Plano de Ação Nacional é uma política pública do ICMBio voltada para a conservação de espécies e ambientes ameaçados, onde se reúnem representantes de todos os estados, gestores e pesquisadores para definição de objetivos, metas e indicadores de conservação da espécie ou ambiente foco. Foi consolidado o documento do PAN Ambientes Coralíneos que deverá ser publicado em breve no DOU. O PAN abrange a região que vai do Maranhão, na altura do Parcel do Manoel Luís, e vai até o litoral de Santa Catarina. A APA costa dos Corais é uma das áreas foco do PAN, além do Parcel do Manoel Luís, REBIO Atol das Rocas, PARNAMAR de Abrolhos, etc. Uma das ações específicas previstas no PAN para a APACC é a criação de um fórum para definir normas para criação de áreas de restrição de pesca e um projeto de monitoramento da atividade pesqueira, inicialmente da Lagosta para depois ser ampliado e replicado em todos os municípios integrantes da UC.

c. Beatriz Mesquita (convidada, FUNDAJ) informou que foi aprovado em julho deste ano, documento *no âmbito da FAO voltado à Pesca Artesanal* "Diretrizes Internacionais Voluntárias da Pesca Artesanal". É um complemento do Código de Conduta da Pesca Responsável, já vigente *no âmbito da FAO*, órgão das Nações Unidas de apoio à pesca. Beatriz participou do grupo que elaborou o documento em inglês e dispõe de uma versão em português *não oficial*. Esclarece que o enfoque das diretrizes tem um viés humanista, que vai complementar o outro documento que tem um enfoque ambientalista. Quem tiver interesse pode solicitar os documentos por e-mail, à Beatriz Mesquita (cujo endereço eletrônico está na lista virtual do CONAPAC). *Beatriz também se disponibilizou para ajudar na elaboração e análise dos questionários a serem aplicados com os pescadores para o zoneamento.*

d. Ulisses informou que esteve, no final de julho, na APA Delta do Parnaíba realizado a capacitação do conselho da unidade. Apresentou a experiência do CONAPAC que foi considerada um exemplo. Em seguida, propôs que a APACC enviasse um representante da Secretaria Executiva do CONAPAC para participar da reunião de renovação do Conselho da APA da Baleia Franca em Santa Catarina, a fim de realizar um intercâmbio de experiências e fortalecer a atuação da nossa Secretaria, sendo sugerida a ida da conselheira Carolina Neves, coordenadora geral da Secretaria Executiva do CONAPAC. *Paulo Roberto disse da sua satisfação em ver a participação/intercâmbio de representantes do CONAPAC em outros conselhos e a valorização da nossa experiência e que apoiaria a ida de Carolina Neves para Santa Catarina.*

e. Bruno Stefanis informa que o *COMPRAM (Conselho Municipal de Proteção Ambiental)* de Maceió foi reconstituído e *sugere uma participação da APACC no referido conselho*. Paulo Roberto reforçou a necessidade de fortalecer os conselhos municipais e que a gestão da APACC tem participado e apoiado os COMDEMA's de Tamandaré, São José da Coroa Grande, Maragogi, Japaratinga e de São Miguel dos Milagres, sendo que este último está para iniciar suas atividades.

f. Luiz Pedro da Silva (Colônia Z-25 Porto de Pedras) propõe que o pescador Waldemar e os conselheiros que participaram da reunião do PAN Manguezal, *realize um seminário com os pescadores sobre a conservação dos manguezais, dos corais e dos peixes da APA Costa dos Corais.*

g. *Paulo Roberto Corrêa de Sousa Júnior (APACC), falou que estavam elaborando uma proposta final para os trabalhos de monitoramento de praia, onde estariam envolvidos parceiros como a*



BIOTA, CEPENE e CMA, e que a idéia será trabalhar com no mínimo 3 protocolos: um para enalhes e registros de desovas, outro para construções irregulares e/ou qualquer outro tipo de obra sem licenciamento e outro protocolo para aves. A proposta é realizar treinamentos para a aplicação dos protocolos e identificação dos problemas.

### 3. Apresentação do Relatório de Atividades de gestão da APACC (janeiro a julho de 2014):

a. Iniciou a apresentação das atividades realizadas pela gestão da APACC de janeiro a julho de 2014 (apresentação em anexo), enfatizando entre outras coisas: bases consolidadas, adequadas e bem estruturadas em Tamandaré e Barra Santo Antônio, esta última está altamente funcional e disponível para parceiros e pesquisadores, além destas, a construção da base em Porto de Pedras está em andamento com realização de contatos com a empresa e da ordem de execução pelo ICMBio. Até o final deste ano será iniciada a obra. A APACC recebeu um técnico de nível médio novo, mas o ideal é que cada base tenha 2 analistas e 1 técnico, o que está sendo batalhado. Ademais citou: banco de dados de pesquisa, reuniões com a Capitania dos Portos para acertar sinalização, acompanhamento dos COMDEMA's, apoio à realização do Fórum Socioambiental da Costa dos Corais, Projeto Jovens Protagonistas da Costa dos Corais, processo de zoneamento em Japaratinga, licitação para aquisição do radar de monitoramento da pesca na APACC, estrutura náutica das bases em boas condições e com embarcações, o recinto dos peixes-boi também foi reformado, foram aplicados vários autos de infração nas piscinas naturais, principalmente em Maragogi, entre diversas outras ações.

b. José Heriberto Lima (CEPENE) questionou a disponibilização do banco de dados de pesquisa científica no site da APACC, com todas as pesquisas e os resultados das pesquisas realizadas na unidade. Eduardo Almeida (convidado, APACC) informou que a coordenação do SISBIO proibiu disponibilizar informações sobre as pesquisas em andamento ou realizadas sem a autorização do pesquisador. O banco de dados informa, apenas, quais são as pesquisas já concluídas ou em andamento, desde que autorizadas pelo pesquisador. Relacionadas ao número informado no SISBIO, poucas pesquisas de fato são realizadas. *Heriberto sugere que se busque também as pesquisas anteriores ao SISBIO, inclusive as que foram realizadas por pesquisadores da UFPE e que subsidiaram o Plano de Manejo da APACC, muitas disponíveis no site da UFPE.*

c. Tsachi Greenhut (YANDÊ) questionou a elaboração e execução do plano de comunicação como algo urgente e essencial para melhorar a fiscalização na região, lamentou que o Plano de Comunicação já está sendo discutido desde 2012, mas até o momento sequer foi finalizado o plano. Declara que as pessoas alegam não saber das regras porque não tem placas ou qualquer material que as informe. Propõe que a gestão da APACC busque parcerias para produzir material de comunicação com empresários locais e prefeituras, peças básicas e emergenciais, enquanto não sai o plano de comunicação. Paulo Roberto explica que está sendo feito um planejamento estratégico para atacar as áreas com maiores problemas e *informa que o material só poderá ser produzido tendo por base o plano de comunicação que será apresentado e discutido com o CONAPAC.*

### 4. Processos de Licenciamento na APACC:

*[Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature on the left, a circled signature in the center, and several other signatures on the right.]*



a. Bruno reivindica que todos os processos de licenciamento na APACC sejam informados ao conselho, mesmo após a finalização do processo, com possibilidade de pronunciamento e manifestação do conselho, ao menos nos licenciamentos de grande porte.

b. Eduardo Almeida acrescenta que o RI estabelece que compete ao conselho *se manifestar* sobre os empreendimentos e processos de licenciamento na APACC, então trata-se de cumprir o Regimento. Paulo esclarece que alguns processos de licenciamento não podem esperar a reunião do conselho para ter prosseguimento.

c. Eduardo propõe que noutra reunião do conselho seja feita uma apresentação de 30 minutos sobre como funciona o licenciamento em APA. Paulo esclarece que durante o 2º Encontro do Fórum Socioambiental da APA Costa dos Corais foi realizada uma mesa sobre o assunto, mas como poucos conselheiros participaram, *Eduardo sugere que se faça uma pequena apresentação em uma reunião do CONAPAC sobre o processo de licenciamento em APA.*

d. Karine Magalhães (UFRPE) propõe que *estas informações sobre licenciamento sejam inseridas no relatório de atividades da gestão da APACC, apresentado em todas as reuniões.*

e. Marcelo Françoso (convidado, APACC) alerta que a APACC só pode informar ao conselho o que chegou ao ICMBio, mas a APACC não tem como saber quando o processo de licenciamento está sendo iniciado ou quando será encerrado, porque esta competência é de outros órgãos. Marcelo *acrescenta que isto não impossibilita que o CONAPAC se dirija diretamente ao órgão licenciador, pois este é um poder político que o conselho tem e que não precisa passar, necessariamente, pelo ICMBio.*

f. Ao final ficou definido que *a APACC vai informar ao CONAPAC, todos os processos de licenciamento, em qualquer estágio, no momento que a gestão tomar conhecimento e quando houver reunião, ordinária ou extraordinária, do conselho; com isto o processo de licenciamento não vai ficar engessado nem congelado, esperando a manifestação do conselho.*

##### 5. Assuntos variados:

a. Antonia Alves (Prefeitura de Paripueira), solicita que cada conselheiro tenha uma credencial para se identificar no momento de resolver problemas ambientais no município. No entanto, Ulisses esclareceu que o conselheiro não pode agir individualmente, em nome do conselho, sem que tenha sido designado para isto. O que pode ser feito é o CONAPAC formar comissões, grupos de trabalho ou designar Câmaras Técnicas para intervir em questões pontuais. Mesmo assim, as questões relacionadas à fiscalização são de competência exclusiva dos órgãos públicos, não cabendo ao conselho ou conselheiro tomar as providências diretas para a resolução, mas o conselheiro pode propor soluções.

b. O Pastor José Maciel dos Santos reivindica a revisão das áreas fechadas (zonas de preservação da vida marinha), criadas mas não implementadas em São José da Coroa Grande. Declara ser preciso retomar o processo, pois já faz muito tempo que as consultas públicas foram realizadas. *Paulo Roberto informou que a solicitação será analisada e que em breve os gestores da APACC estarão no território para dialogar com os atores locais sobre o fechamento das referidas áreas.*

c. Pedro Luiz informa sobre o conflito de fechamento dos acessos às praias de Porto de Pedras, prejudicando às comunidades de pescadores artesanais do município. Disse que foi realizada

*[Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom of the page, including a large signature on the left and several smaller ones on the right.]*



uma audiência pública no município para discutir a Lei Municipal do Zoneamento Especial do Turismo em que os pescadores são contra o fechamento da via paralela à praia do Patacho, determinada pela lei. Informou que esta questão está sendo discutida no MPF com SPU/AL, IMA e ICMBio. *Pede que a APACC apoie a luta dos pescadores em defesa da pesca artesanal, pois corre-se o risco do fechamento das praias para grandes empreendimentos turísticos. Paulo informa que a Procuradora Federal, Dr<sup>a</sup>. Raquel Teixeira, está acompanhando esta questão e determinou que IMA, SPU e ICMBio realizem uma vistoria conjunta nas praias da APACC para levantar este e outros problemas relacionados à ocupação irregular da zona de praia; finalizou informando que a questão não está esquecida e terá continuidade após o período eleitoral.*

d. Ernando Pinto (AJAMBASA), falou da questão da falta de sinalização que guiava os pescadores da Ilha da Crôa (Barra de Santo Antônio) e isto está causando acidentes com os pescadores. O pescador Waldemar questiona quem bancaria a sinalização. *Adriano Jorge diz que a Marinha ou guarda costeira deve tomar as providências e que cabe à APACC e os grupos interessados cobrar a ação. Ernando informa que vai realizar uma reunião com os pescadores da Barra para planejar as ações. No caso do ICMBio realizar o levantamento das necessidades da demanda de sinalização da unidade, a AJAMBASA pode disponibilizar embarcação para auxiliar no trabalho. Entregou ofício para que a APACC tome providências junto à Marinha.*

e. Ulisses solicita ao Paulo que repasse informes sobre os resultados dos ofícios que foram encaminhados ao MPF sobre o trânsito de carros nas praias e, também, como está o processo sobre o aumento do número de visitantes nas ZV de Maragogi e abertura de novas zonas. Paulo informa que o processo está com a equipe técnica do ICMBio para análise e nele estão inseridas as manifestações contrárias da chefia da unidade e do CONAPAC. O MPF respondeu ao ofício do CONAPAC e solicitou mais detalhes sobre a situação do trânsito de veículos nas praias da APACC. *Paulo estará encaminhando outras informações da situação atual dos veículos nas praias da APACC. Com isto, espera-se que o MPF envolva outras instituições, como a PM/AL e as prefeituras municipais, na assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC).*

f. João Nogueira (Costa dos Corais Convention & VB) propõe que a APA Costa dos Corais ou o CONAPAC encaminhe uma recomendação aos municípios ou encontre uma forma de obrigar que todos os municípios tenham o Plano de Diretor, uma vez que os municípios causam impacto na unidade. Propõe que se apresente uma proposta de normatização para obrigar que todos os municípios membros de UC tenham planos diretores. Encaminhar proposta de obrigatoriedade para Brasília (ICMBio, MMA e/ou CONAMA). Adriano sugere que uma câmara técnica (CT) elabore um documento com parâmetros técnicos justificando a necessidade destes municípios terem Plano Diretor. Waldemar informou que no MPF houve reunião com a prefeitura de Porto de Pedras e representante da prefeitura de Japaratinga, mas ambos alegaram não ter recurso para isto. Marcelo sugere que a comissão encaminhe um documento bem embasado aos gestores municipais. Eduardo propõe, a partir da proposta do João Nogueira e do Marcelo, que o CONAPAC encaminhe uma recomendação aos municípios para que se faça o Plano Diretor. Ficou definido que a Secretaria Executiva deve encaminhar esta demanda para a nova CT de Turismo, para elaborar o documento a ser encaminhando às prefeituras, embasado com subsídios legais e premissas técnicas.



## 6. Apresentações:

a. Manoel Pedrosa (IRCOS) fez uma apresentação sobre Gestão Compartilhada da área de sobreposição da APACC, da APA de Guadalupe e do Parque Municipal do Forte Tamandaré (em anexo) em que *propõe uma gestão compartilhada em todos os processos de licenciamento que atingem a área de sobreposição entre as unidades. Iran Normande (CMA) propõe que, além da gestão compartilhada no licenciamento, seja buscada uma gestão compartilhada na fiscalização e compartilhamento das infraestruturas.*

b. Eduardo fez a apresentação da discussão em andamento sobre a revisão do Regimento Interno (RI), da CT Provisória de Revisão do RI do CONAPAC, composta pelo Heriberto (coordenador), Thereza Dantas (SETUR/AL), Eduardo (relator) e Paulo Roberto (a apresentação segue em anexo). Ao final, Eduardo sugere que seja marcada uma reunião extraordinária do CONAPAC, com a pauta específica de revisão do RI (conforme determina o regimento), quando for publicada a Instrução Normativa do ICMBio para os conselhos e o guia dos conselheiros e gestores do ICMBio.

## 7. Câmaras Técnicas:

a. Paulo Roberto expôs a discussão da CT provisória sobre as Câmaras Técnicas: segundo o regimento atual poderemos constituir as câmaras permanentes (temáticas e abrangentes) e câmaras provisórias (criadas para uma demanda específica e com prazo de validade). As câmaras permanentes poderão ser futuramente incorporadas ao texto do RI como Câmaras TEMÁTICAS, nova designação adotada pelo ICMBio pelo fato das câmaras terem papel político e consultivo, não necessariamente técnico.

b. Ficaram definidas a criação de 4 (quatro) Câmaras Técnicas, por consenso, com as seguintes características: câmaras permanentes, que serão previstas no RI e com membros fixos; mínimo de 3 participantes (conforme art. 17 do RI atual); máximo 7 participantes, proposta de Heriberto; a composição da câmara será por conselheiros (titulares ou suplentes) e não por acento, sem suplência, conforme proposta de Bruno; a coordenação da câmara será definida pelos seus membros e, quando houver vacância, elege-se nova coordenação; as câmaras só serão compostas, neste momento, por conselheiros e, se houver necessidade de convidar algum membro externo, serão propostos depois; por último ficou definido que cada conselheiro pode participar de até 2 câmaras (não havendo consenso, foram 13 votos a favor e 3 contra esta proposta, mais 2 abstenções); Eduardo informou que, na nova proposta de RI, convidados externos podem compor grupos de trabalho do conselho.

c. Temas das câmaras técnicas (CT) e sua composição:

- CT de Biodiversidade: Iran (CMA), Bruno (BIOTA), Cláudio Sampaio "Buia" (UFAL), Karine (UFRPE) e Lucas (Prefeitura de S. J. da Coroa Grande).
- CT de Atividade Pesqueira: Pedro Luiz (Z-25 Porto de Pedras), Ernando (AJAMBASA), Heriberto (CEPENE), Paulo Amaro (Z-15 Maragogi), Antonia (PMPAr).
- CT de Turismo: Thereza Dantas (SETUR/AL), João Nogueira (CCCVB), Danilo Marx (Náutica), Maria José "Zeza" (Câmara Japaratinga), Ernando (AJAMBASA), Ana Paula (AMITUS), Tsachi (YANDÊ).
- CT de Gestão Socioambiental: Pastor Maciel (UNIMOP).



d. Danilo Marx (Náutica Ambiental, assessor da Secretaria Executiva) aplicou um questionário de avaliação da reunião, cujo resultado será disponibilizado no subsite da APACC e na próxima reunião do CONAPAC.

#### 8. Encaminhamentos:

a. Heriberto recomenda que *as pautas sugeridas pelos conselheiros sejam encaminhadas com uma contextualização ou justificativa para a Secretaria Executiva do CONAPAC, para que se faça uma triagem, com o presidente do conselho, de qual será a pauta pertinente.* Carolina expressou preocupação em não contemplar uma pauta sugerida por um conselheiro, que o mesmo considera importante e, com isso, criar conflitos dentro do conselho. Por isto propõe que *se uma pauta for excluída pela triagem da Secretaria e da Presidência, esta decisão deverá ser justificada ao conselheiro, por escrito.* Todos aprovam.

b. Eduardo propõe que *na reunião específica sobre revisão do regimento interno haja uma divisão: pela manhã revisão e à tarde reunião das câmaras técnicas.* E que a secretaria executiva encaminhe para as CT's os contatos de seus membros.

c. Adriano Jorge propõe que *a próxima reunião do CONAPAC seja realizada na base do IMA na APA de Santa Rita, entre Maceió e Marechal Deodoro, com uma visita técnica, a bordo do Catamarã do IMA, pela Lagoa Mundaú na APA de Santa Rita.* Todos aprovaram por consenso. A próxima reunião será em 13 de novembro de 2014.

#### 9. Encerramento:

a. Karina Massó, Coordenadora de Educação Ambiental do Estado da Paraíba e gestora do Parque Estadual do Mar Azul e da Areia Vermelha agradece, de coração, junto com a colega Verônica Santos, pela oportunidade de participar desta reunião e está emocionada com o nível de participação do conselho, que é um exemplo. Almeja que no futuro haja troca de experiências entre as instituições.

b. Paulo Roberto encerra dizendo que está feliz por ver que o CONAPAC está bem direcionado, independente das mudanças políticas e representações no próximo ano, as instituições permanecem firmes e quem vier que venha para trabalhar de fato, porque é este o ritmo que vai encontrar no conselho. Finaliza agradecendo, mais uma vez, a participação de todos.

c. Nada mais havendo que possa acrescentar, eu, José Ulisses dos Santos, Relator da Secretaria Executiva do CONAPAC, encerro a presente memória e a encaminho para a aprovação do CONAPAC, com posterior assinatura da Presidência, Secretaria e Membros deste egrégio Conselho.